

Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo*

Maura Pardini Bicudo Vêras**

RESUMO

O objetivo do trabalho é resgatar, ao longo de nossa trajetória de pesquisa sobre a questão habitacional, a produção do “outro” em diversas situações de vivência na cidade de São Paulo, onde se visualizam acentuadas desigualdades, segregação socioespacial e discriminação. A cidade concentra questões emblemáticas no estudo das cartografias sociais, no reconhecimento das diferenças e da cidadania territorial. A análise da luta pelo espaço urbano permite revelar a combinação de aspectos sociais, econômicos, étnicos, àqueles profundos e subjetivos como língua, valores, matizes culturais. A alteridade se manifesta de diferentes formas, em vasta gama de situações urbanas.

Palavras-chave: Cidade. Alteridade. Desigualdade social. Segregação.

-
- 1 Texto publicado, em parte, em versão eletrônica em: DANTAS, Sylvia Duarte (Org.). *Diálogos Interculturais, reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, IEA-USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.iea.usp.br>
 - 2 Doutora e Livre Docente em Ciências Sociais, Pós-doutora pelo Institut d'Études Politiques de Paris. É Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados de Ciências Sociais da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas.

ABSTRACT**SOCIAL DIMENSIONS OF URBAN INEQUALITIES: POVERTY HOUSING, SEGREGATION AND ALTERITY IN SÃO PAULO**

Based on our research trajectory on housing issues, the aim of this paper is to reflect on the production of “otherness” in different living conditions in the city of São Paulo. Characterized by deep inequalities, socio-spatial segregation and discrimination, the city is emblematic of questions related to the study of social cartographies, recognition of differences, and discrimination. The analysis on the struggle for urban spaces reveals a combination of social, economic and ethnical aspects, as well as those deep and subjective, such as language, values and cultural nuances. Alterity is thus manifested in many different ways and in a vast array of urban situations.

Keywords: City, alterity, social inequality, segregation.

1. Introdução

Estatísticas atuais apontam que cerca de 85% da população do Brasil vivem em cidades e essa proporção alcança quase 50% para o planeta. Regulada basicamente pelos mecanismos do mercado, a ocupação do solo urbano leva a que na intensa urbanização existam agudas desigualdades que resultam em extensa periferização na maioria das cidades que crescem por meio da ampliação de seus limites, abrigando pessoas empobrecidas, (i)migrantes recém-chegados, em um cinturão de precariedade. Ademais, zonas centrais dos núcleos urbanos acabam por ser remodeladas na voragem de uma elitização dos espaços, novamente expulsando moradores mais desvalidos. Esse é um dos lados do quadro de desigualdades sociais e custos urbanos presentes no Brasil contemporâneo. Aspectos não menos importantes, provocados pela aglomeração humana e pelas dificuldades de acesso ao ambiente construído são os processos sociais de enfrentamento do “outro”, discriminação, banimento, e preconceito, da convivência entre os “iguais e os diferentes”.

O objetivo do presente artigo é analisar uma das dimensões sociais das desigualdades urbanas, a segregação socioespacial dos estratos

populacionais que habitam moradias precárias e, assim, resgatar a produção do “outro” em diversas situações de vivência na cidade de São Paulo. Apesar de inúmeras potencialidades, dinamismo econômico e cultural, aqui estão acentuados os contrastes, a discriminação e a vulnerabilidade. É preciso desvendar as atitudes dirigidas à pobreza, também vista como “outro” em suas repercussões espaciais. A cidade concentra, pois, questões emblemáticas no estudo das cartografias sociais, em uma topografia da alteridade e da interculturalidade, do reconhecimento da diferença e da cidadania territorial, dado que esta deve ser vista como o direito ao lugar de escolha e não como destino inevitável.

Ao longo de nossa trajetória de pesquisa da questão urbana¹, buscamos desvendar os diversos processos ligados às formas habitacionais da população de baixa renda, à precariedade e à exclusão do mercado formal de moradia, o que abrange o não acesso à cidade legal, em diversas modalidades. Foram estudos voltados à magnitude desses segmentos, à caracterização socioeconômica dos moradores, em esforços do que se denominava, à época, de “diagnósticos da subnormalidade”. Por outro lado, em outras investigações, abordamos os estrangeiros na metrópole, sua territorialidade e inserção, cultura e marcas significativas no espaço urbano. O sentido do termo estrangeiro caracterizou-se, paulatinamente, como o “outro”, um “não nós”, despojado de sua condição de nascido fora do país. A alteridade englobava os imigrantes, os migrantes nacionais, os pobres, os negros, nas sendas abertas por pesquisa sobre a alteridade no Brás. (VÉRAS, 1991, 2001).

A inquietação intelectual de abordar, enquanto alteridade, os moradores da pobreza volta-se para os mesmos estratos populacionais

1 Referimo-nos aos trabalhos acadêmicos: dissertação de mestrado (1980), teses de doutorado (1991), livre-docência (2001), titularidade (1999b) e pesquisas efetuadas sobre habitações da pobreza e suas políticas, junto à municipalidade de São Paulo (1973/1995) e projetos: Territorialidade, Segregação e Alteridade, com Bolsa Produtividade – CNPq - 1993/2014 e Territórios e Fronteiras da Alteridade em São Paulo, um estudo dos processos de segregação e vulnerabilidade de estrangeiros na metrópole, com Bolsa Produtividade do CNPq, desde 2015.

dos diagnósticos habitacionais, contudo, na medida em que se constituem discriminados na cidade. Esse , é o percurso que nos propomos realizar neste trabalho.

Entendemos que a habitação pode constituir-se como recurso para apreender as desigualdades sociais e urbanas. Ela é um dos elementos estruturantes das cidades, abrigo importante para a força de trabalho, e pode mesmo constituir-se em elemento de denúncia, sintoma das iniquidades e injustiças na distribuição do solo urbano e dos efeitos da inoperância das políticas públicas e sociais.

Entendida em seu amplo significado, mais do que teto, parede e piso, a moradia é direito à cidade, ao ambiente construído, aos equipamentos, ao endereço de cidadão, à paisagem e a seu território. No capitalismo, é encarada como mercadoria cara e custosa. Em termos teóricos, ela integra os custos de reprodução da força de trabalho. E tem seu valor de uso subordinado a seu valor de troca, dependendo das condições de produção e das regras do mercado, com custos que incluem o preço da terra urbana (incluindo equipamentos, localização e serviços), material de construção, a depender da tecnologia empregada e da força de trabalho, em diversas proporções. A propriedade da terra é um dos pontos problemáticos na circulação desse bem, de altos preços, exigindo financiamentos sem os quais a maioria dos assalariados não tem condições de aquisição. Na articulação entre Estado e capital, a oferta habitacional para camadas populares tem sido, no Brasil, apresentada como política de caráter mais economicista que propriamente social, pautando-se por demandas solváveis. Resulta disso um cenário em que a classe trabalhadora se abriga em locais distantes, segregadas, quer em conjuntos habitacionais da produção pública (chamados de BNH e agora o Minha Casa Minha Vida), quer nos cortiços, ou nas favelas e loteamentos periféricos e irregulares. Breves estimativas sobre a ordem de grandeza das chamadas habitações precárias na cidade indicam que moram em favelas cerca de 12% da população residente no município de São Paulo (IBGE, 2010); habitam cortiços, por volta de 6.0% dos moradores paulistanos (KOWARICK, 2011); a produção pública de con-

juntos habitacionais para a baixa renda (MCMV), na cidade, totaliza até 2016, cerca de 3.389 moradias para as rendas mais baixas; quanto à proporção das extensas periferias, incluindo casas precárias auto-construídas, loteamentos irregulares, variam as mensurações, mas já foram estimadas em 25% dos domicílios da cidade.

A produção sociológica relativa a São Paulo é imensa e variada. Fazer um balanço sobre ela é difícil, e significa assumir o risco de omitir referências importantes. No entanto, ousa-se, aqui, breve problematização para destacar quão vasto e relevante é esse campo do conhecimento.

São Paulo, não apenas pela concentração demográfica e pela escala dos problemas, mas por suas características complexas e multifacetadas, vem concentrando a atenção de muitos especialistas, nas mais variadas áreas do conhecimento. Para demonstrar a importância do assunto, pode-se destacar da produção sociológica e de urbanistas aquela relacionada aos presentes objetivos, quais sejam mostrar a questão habitacional na cidade, a segregação e a alteridade para com segmentos de seus moradores. (VÉRAS, 1999a). Assim é que, no contexto da globalização em curso, vem ocorrendo uma esteira de problemas sociais bastante conhecidos. As discussões em torno do conceito de marginalidade social, presentes nos anos 1960 e 1970, hoje, são retomadas, acrescidas de novos componentes. Antes, uma das óticas a concebia como resultante do êxodo rural e das migrações internas que faziam São Paulo crescer e revelar suas favelas, a mendicância e a delinquência. Por vezes, a situação era vista como transitória, trazida pela pobreza e pelas migrações, em parte, devido à influência da escola de Chicago, especialmente revelada por Park (1979) e Burgess (1948), que levavam alguns a enxergarem a desorganização social e moral como processos de invasão e sucessão, em certa analogia com processos orgânicos ecológicos. De outro lado, autores de vertente marxista debatiam a ambiguidade do termo marginal, denunciando a inserção perversa do exército industrial de reserva. No período, portanto,, muitos estudos sobre favelas, frequentes no Rio de Janeiro, foram expressivos também em São Paulo, cujo primeiro cadastro de favelas foi realizado

em 1973 pela municipalidade (VÉRAS, 1973; TASCHNER, 1998). Nos anos 1970, muitos autores tratavam do tema da marginalidade, em São Paulo, ao analisar o segmento empobrecido de trabalhadores².

A segregação urbana parecia residir, basicamente, na divisão centro e periferia. No entanto, Villaça (1978) apontava uma característica histórica do espaço de São Paulo, cortado longitudinalmente por rios que, nos inícios do século XX, se exerciam como fatores de separação entre o lado de lá, da pobreza, geralmente a leste da cidade, como os bairros mistos de moradia operária e fabriquetas como o Brás, por exemplo, e o de cá, a oeste, como Campos Elíseos, abrigando a elite cafeeira e da indústria, as classes dominantes caminhando para a região sudoeste. Essa é uma tendência que, grosso modo, se mantém até os dias de hoje, estando as mais altas rendas do município nos bairros a sudoeste, Jardins, Morumbi e Alto de Pinheiros.

Os anos de 1980, a chamada década perdida, provocaram inúmeras reflexões sobre a cidade de São Paulo, voltadas, ainda, à recessão econômica e à pobreza, mas agora, em pleno período da ‘transição democrática’, chama-se atenção para a importância do território para a cidadania, lutas sociais, falência das políticas sociais, participação e movimentos sociais. Há, aqui, apenas algumas referências descritas sobre o tema³. Milton Santos (1987), em especial, contribui sobre a relação entre espaço e cidadania. Deste autor, de vastíssima obra, destacamos uma citação emblemática:

-
- 2 Ver Berlinky (1975). Da mesma forma, outros cientistas reunidos no CEBRAP, como Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Lúcio Kowarick e outros publicam *São Paulo, Crescimento e Pobreza* (1975), tratando da pauperização de setores urbanos. Ainda, Kowarick publica *Os cidadãos da Marginal* (1973), *Capitalismo e Marginalidade na América Latina* (1975) e *A espoliação urbana* (1979), esta última, obra de referência ao demonstrar que a cidade desigual capitalista traz custos para a reprodução da força de trabalho. Da mesma década, são estudos de Eva Blay, *A luta pelo espaço* (1977), Daniel Hogan sobre *Cidade, usos e abusos* (1978), Ermínia Maricato, em *A produção capitalista da casa e da cidade* (1979), mostrando as dificuldades de acesso ao ambiente construído, em particular a autoconstrução, o uso do solo na cidade capitalista (SINGER, 1980); M. Célia Paoli, em *Desenvolvimento e Marginalidade* (1974).
- 3 Pedro Jacobi escreve, em 1982, sobre a exclusão urbana; Marialice Forachi (1982) sobre a participação, além de Francisco de Oliveira (1981), Paul Singer (1980).

[...] cada homem vale pelo lugar em que está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

À época, discutem-se a questão espacial, os problemas habitacionais, a crise e inoperância do Banco Nacional da Habitação e a presença de favelas, loteamentos irregulares, cortiços e a “exclusão” política da vida sindical dos trabalhadores e da vida civil. O componente espacial da cidadania evoca o direito à cidade, a mobilidade dos moradores, assim como o direito de ficar no lugar, apontando a arbitrariedade de políticas de remoção, da desigualdade de infraestrutura urbana e serviços (VÉRAS, 1987). O Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas-NEPUR-PUCSP participa desses primeiros estudos da precariedade habitacional e da segregação social em São Paulo. Chama-se atenção para os movimentos sociais urbanos, para a periferização das classes populares e a carência habitacional e de equipamentos e serviços (JACOBI, 1982). Lucio Kowarick (1988) prossegue sua produção de conhecimento sobre as diferentes formas excludentes da questão urbana. Em tese de livre docência, do mesmo ano, expõe as categorias de trabalhadores, escravos, párias e proletários. Em *Cidade, povo e poder*, publicação do CEDEC (Centro de Estudos da Cultura Contemporânea), de 1985, Kowarick aborda a relação ambígua do crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. Nos finais da década de 1980, se iniciam estudos sobre a população de rua, novo ingrediente nas análises paulistanas sobre a desigualdade no direito à cidade. Covre (1986) publica *A cidadania que não temos*, percorrendo as deficiências no atendimento dos requisitos básicos de cidadania brasileira, na educação, habitação, direitos sindicais e outros. Vêras (1987) sintetiza em *Os impasses da crise habitacional em São Paulo, ou os novos nômades urbanos no limiar do século XXI*, o panorama da situação da moradia da pobreza no período, apontando que a visão da dicotomia centro e periferia devia já ser relativizada, sugerindo fragmentação do tecido urbano.

Nos finais do milênio, acompanhando o debate europeu sobre a exclusão, desfiliação e desqualificação sociais, especialmente em autores como Robert Castel (1998) Serge Paugam (1999, 2003), os anos 1990 reeditam o conceito de não-cidadania, em processo excludente, abrangente, dinâmico e multidimensional, no contexto do neoliberalismo e da crise do Estado Providência. Entre a produção brasileira e sobre São Paulo, destacam-se José de Souza Martins (1997), que, criticando a fetichização do conceito de exclusão social, propõe substituí-lo por inclusão precária e marginal (VÉRAS, 1999a). A presença de Paugam em São Paulo, a convite do NEPUR-PUCSP, trouxe a dinamização das pesquisas em São Paulo sobre desigualdade social, vínculos e rupturas, exclusão social e habitação popular⁴ (VÉRAS, 1999a).

Outro foco analítico dos anos 1990 está presente na transformação das cidades sob o impacto da globalização, e São Paulo surge como cidade mundial de país semiperiférico. Os referenciais eram Saskia Sassen (1991), M. Castells, Jordi Borja (1990) e Anthony King (1990). Segundo tais referências, a cidade global seria ponto nodal do capitalismo, com sedes de bancos e empresas multinacionais, representando os fluxos econômicos e financeiros mais importantes do planeta. Uma consequência disso seria a dualização social nessas cidades ou polarização social⁵. Continuando os estudos sobre vasto panorama da desigualdade urbana, Chico de Oliveira (1997) afirma: “o mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina” (OLIVEIRA, 1997, p. 9-10).

4 Uma referência nos estudos sobre São Paulo é representada por Aldaíza Sposati: *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo* (1996). Nessa direção, estão estudos sobre favelas como as análises de Taschner (1998), sobre *20 anos de habitação popular e* Bonduki (1998), sobre o mesmo tema. Também há pesquisas sobre a população moradora de rua, como em Vieira et al. (1992), Yasbeck (1993), já direcionadas ao papel da assistência social nas classes subalternas e Vera Telles (1992), enfocando a não cidadania.

5 Essa vertente recebeu várias e diversas contribuições, como as de O. Ianni (1994), Helena Cordeiro (1993), Evelyn Levy (1995), M. Véras (1994), assim como a publicação do grupo que se configurou como Observatório das Metrôpoles é significativa - Queiroz Ribeiro, e Santos Jr e E. Preteceille: *Globalização, fragmentação e reforma urbana* (1994).

O debate nos anos 2000 revela uma cidade de São Paulo enfrentando uma situação de aguçamento dos contrastes sociais, sob o impacto da financeirização da economia global. Alguns depoimentos parecem sugerir que o exército industrial de reserva tenha se tornado desnecessário, mais como estorvo que de reserva, chegando alguns a utilizarem a expressão relativa a desempregados como “inempregáveis”. A questão social se agrava e podem-se apontar algumas publicações marcantes no período.

É importante o registro representado por *A cidade dos muros*, de T. Caldeira (2000), em que se discutem os enclaves fortificados, condomínios fechados que separarem as elites em franco processo de autosegregação. Do Observatório das Metrópoles, em 2000, *O futuro das metrópoles*, retrata São Paulo como “A cidade dos anéis” (PASTERNAK; BÓGUS, 2000), retomando a ideia da escola de Chicago, do crescimento da cidade por círculos concêntricos de E. Burgess (1948), utilizando a metodologia do observatório, a partir dos dados censitários, registrando as alterações na estrutura ocupacional, de renda e escolaridade dos habitantes, identificando zonas de diferentes estratos populacionais, proporcionando um retrato socioeconômico da sede metropolitana⁶. Após o Censo de 2010, igualmente o Observatório das metrópoles irá mostrar *São Paulo: transformações da ordem urbana* (PASTERNAK; BÓGUS, 2015) tratando da estrutura socioespacial. A segregação se distribui por diferentes espaços da cidade, em fragmentação, embora permaneça o fato de que classes privilegiadas permaneçam residindo no centro e as desfavorecidas nas periferias.

Destaque também para o Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP que, em 2005, publica *São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais* (MARQUES; TORRES, 2005) que reconhece a grande heterogeneidade de situações da pobreza urbana, em certa medida devido à territorialidade e à dificuldade de acesso a benefícios urbanos e à presença de redes que podem contribuir para alterar a segregação e

6 O mesmo grupo publica, em 2009, *Como anda São Paulo* (com base nos dados do censo de 2000).

o isolamento. São analisadas as favelas, a precariedade habitacional, as periferias desequipadas na dinâmica imobiliária da cidade, a ineficiência das políticas sociais e a vulnerabilidade. Importante contribuição está no conceito de hiperperiferia, como fronteira urbana que abriga, cada vez mais, a população empobrecida nos extremos da mancha urbana. Em especial, não seria possível a abordagem sobre as questões urbanas, sobre São Paulo, sem enfatizar a contribuição de Lucio Kowarick. Suas análises sobre o intenso desenvolvimento urbano brasileiro contemplam variados aspectos, suas crises, as lutas sociais, a vulnerabilidade dos segmentos empobrecidos, a exclusão de vastos contingentes de moradores das periferias, os dramas habitacionais, a violência e um amplo desenrolar de processos ligados à cidade capitalista. Em muitos momentos, combina um acompanhamento etnográfico do cotidiano das populações, dá voz aos habitantes da precariedade, tecendo fios entre histórias de vida e os contextos estruturais de nossa urbanização excludente. Em 2009, escreve *Viver em risco*, sobre a vulnerabilidade de segmentos empobrecidos na cidade e, em 2011, organiza, com E. Marques, *São Paulo, novos percursos e atores, Sociedade, cultura e política*, em que se analisam o cotidiano de favelas, cortiços, loteamentos periféricos, e a vulnerabilidade desses segmentos. Realizam aí um verdadeiro balanço da produção sociológica de São Paulo no assunto.

Na publicação *A metrópole de São Paulo no século XXI, espaços, heterogeneidades e desigualdades*, Marques e demais autores (2015) investigam alterações no mercado de trabalho, nas dinâmicas demográficas, nos padrões de segregação, por classe e por raça, e na produção das políticas habitacionais. Ali são examinados os mecanismos de segregação, atualizando interpretação da cisão centro/periferia, já não tão adequada como o foi nos anos 1970, pois, hoje, acentua-se a autosegregação das elites, fechadas em muros de condomínios fortificados, em evitação social, quer na cidade de São Paulo, quer na região metropolitana. Os espaços sociais se tornam mais homogêneos para as classes superiores, enquanto nas periferias há grande heterogeneidade.

Finalmente, cabe mencionar com organização de Lúcio Kowarick e Heitor Frugoli Jr., a publicação de 2016, intitulada: *Pluralidade Urbana, vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. Esse trabalho reúne diversos pontos de vista sobre São Paulo, do ângulo das Ciências Sociais e com a preocupação de abordar a multiplicidade dos aspectos urbanos, da cultura popular, aos dramas da moradia, retomando os temas da segregação, da luta de classes, da vulnerabilidade, e da alteridade, pois os habitantes são ricos, pobres, brancos, negros, trabalhadores, desempregados, imigrantes, migrantes, assistidos pelas políticas, desassistidos, enfim, uma grande diversidade de pessoas a interagirem em ruas, praças, espaços públicos e com suas contradições.

2. Alteridade na Cidade Desigual

É importante retomar que as cidades de hoje trazem a marca da urbanização capitalista, em seu estágio globalizado, financeiro, informacional, tecnológico, traços esses que não eliminam as velhas questões da desigualdade social. Em magistral análise da situação de nossas cidades, processo que denominou de guerra dos lugares na competitividade mundial, Rolnik (2015) aponta a colonização da terra pelo capital financeiro no circuito globalizado, o que resulta na financeirização da moradia e com efeitos sobre as políticas habitacionais em curso no mundo todo e, sobretudo, no Brasil. De acordo com Rolnik:

Como vimos, a colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças é um processo global poderoso que, mesmo diante de crises como a de 2008, continua como movimento hegemônico. Ela enraizou-se e penetrou em contextos diversos, sob o protagonismo de atores locais e globais. As políticas habitacionais e urbanas, assim como o urbanismo e gestão fundiária, analisados ao longo deste livro, não foram neutras em relação a esse processo. Pelo contrário, operaram ativamente no sentido de criar as condições materiais, simbólicas e normativas para transformar territórios vividos em ativos abstratos (2015, p. 378).

Como vimos, uma das abordagens presentes desde os anos 1990, a *global cities*, por exemplo, dizia que concentram muitas polaridades, reunindo tanto o lado perverso e atrasado, quanto o avançado dos primeiro e terceiro mundos, conflitos em torno do acesso à cidade e ao trabalho, embates étnicos, toda sorte de processos ligados à desigualdade. (SASSEN, 1991; PRETECEILLE, 1994; VÉRAS, 2002, 2003). No caso de São Paulo, exercem-se papéis competitivos no que se refere à gestão do capital financeiro, alteram-se suas funções de polo industrial, de estruturação urbana e hierarquia social e tem figurado nas listas de especialistas como cidade mundial de país semiperiférico. (LEVY, 1995). Muitas características globais estão presentes na capital paulista, ao lado das singularidades nacionais e regionais e seus reflexos espaciais: na crise de moradias, (favelas, cortiços, loteamentos irregulares), *homeless* e, de outro lado, *shopping centers* de luxo, centros de convenção, terciário sofisticado, pontos de renovação urbana, e com as marcas dessa heterogeneidade, a distribuição diferencial de chacinas, de risco à violência, à discriminação, à vulnerabilidade socioambiental (IANNI, 1994).

Convergindo a atenção para os vastos contingentes que trabalham e vivem em São Paulo, observam-se suas marcas significativas no espaço urbano, nos estilos de vida.

São Paulo tornou-se uma das cidades mais cosmopolitas do mundo: ítalo-franco-lusitano-nipo-germânico-saxã. Mas não nos enganemos, não é a Europa ou a América do Norte com alguns detalhes exóticos. Tomar São Paulo por um pedaço da Europa ou uma réplica de Nova Iorque é nada compreender [...]. Por toda parte a civilização mistura-se ao primitivismo indígena e àquilo que deixaram os herdeiros dos escravos africanos, cujos atabaques ressoam desde as oito horas da noite em milhares de terreiros [...] (LAPLANTINE, 1993, p. 25).

Essa diversidade, assim como a desigualdade no território, evoca uma discussão sobre a cidadania, pois muito há a falar na história

brasileira do não reconhecimento da igualdade dos direitos à maioria, para os excluídos do campo, da floresta e da cidade. Tema de fundamental importância para a efetiva e plena participação na gestão e fruição da cidade, vale dizer, do respeito à raiz e ao território como direito à cidade.

Sendo das referências mais significativas, limitemos o conceito de território ao seu sentido mais amplo e voltado a seres humanos, à ocupação de determinado espaço por determinado grupo, constituído por critério social: origem e nacionalidade, (área de poder e jurisdição de um Estado), condição cultural, etnia, raça, cor, condição socioeconômica, local de moradia e outros. Estabelece-se, pois, intensa relação entre territorialidade e segregação socioespacial. No caso da territorialidade burguesa, ditada pelo mercado imobiliário, e como efeito também das políticas públicas e estatais, resultam áreas residenciais sujeitas à discriminação e à segregação socioeconômica, eventualmente, étnicas, evidenciando que relações de poder são associadas ao consumo do espaço na compra, na locação e na fruição. “[...] Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualadoras, na medida em que são, ambos, criadores de raridade (SANTOS, 1987, p. 60).

Mais que espaço físico, o território é espaço da memória, identitário, um lugar, impregnado de cultura, forma de comunicação dos residentes com seu entorno, com seu grupo, e permite a consciência da pertinência. Contemporaneamente, a par de certa homogeneização, trazida pela globalização, paradoxalmente acompanharam-na um “espetáculo de diferenças”, a “afirmação das etnicidades”. Como nos diz Santos (2005), há glocalismos e localismos. Laços locais muito fortes convivendo com a unificação econômica, ou seja, novas nacionalidades, certa tribalização e, ainda, o lado obscuro do racismo que ainda não se apagou, mesmo após a forte lição do impacto da Segunda Guerra Mundial (WIEVIORKA, 2006).

Enlaçando-se, pois, a vida urbana aos temas do território e da desigualdade, deve-se ainda agregar a eles a questão do “outro” e suas

representações. É sempre a reflexão acerca da alteridade que precede e permite toda “definição identitária”. Imbricadas no universo simbólico e no imaginário, as noções de alteridade e representações se complementam. Assim, fala-se de alteridade em diferentes gradações e matizes.

Os grupos ligados entre si sob a forma de uma configuração de estabelecidos - outsiders são compostos de seres humanos individuais. O problema é saber como e porque os indivíduos se percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao se dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37-38).

Como nos diz Moscovici (1978), as representações acabam por operar psiquicamente o conhecimento pelo qual os homens tornam inteligível o mundo que os cerca. Estão ligadas aos grupos sociais de que eles participam, são produtos sociais dinâmicos, enquanto conhecimentos socialmente estruturados e culturalmente aceitos e condicionarão as elaborações individuais e estas, vice-versa, contribuirão socialmente, em movimento duplo e recíproco.

[...] nos referimos a representações do espaço, da cidade, [...] devemos encará-la de modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado no exterior [...]. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução [...]. (MOSCOVICI, 1978, p. 25-26)

As representações, portanto, objetivação e subjetivação, muitas vezes, naturalizam conceitos. Por consequência, o tratamento dado ao *outro* depende da memória individual e coletiva, do “processo de

constituição da identidade e do cotidiano”. (Ibid.) Há um sistema de valores que emoldura as relações intersubjetivas e as questões sociais dos vínculos e afiliações, implicando em uma oscilação da comunhão à exclusão.

Dessa forma, o “nós” e o “eles” são construções culturais que se condicionam reciprocamente, pois a imagem do “eu”, enquanto autoimagem, depende, em grande parte, da identificação grupal, pois quando se diz, por exemplo, “sou brasileiro”, esclarece-se onde se nasceu, mas se identifica a construção cultural do grupo brasileiro, ou seja, para a imagem do “eu” passou-se pela imagem do “nós”. Trata-se de uma dialética e já significa que o *próximo é afastado* e, ao mesmo tempo, o próprio termo relativo ao estrangeiro - sua alteridade - denota que o *afastado é próximo*, relação esta, em contínua tensão.

O paradoxo da alteridade reside em que o *outro próximo* é constitutivo do *mesmo*, mas é expulso do espaço intersubjetivo para constituir-se como *outro distante* e isso pode ser compreendido com ampla visão das relações sociais, captando-lhes tanto os momentos da sociabilidade aproximativa, quanto das interações de afastamento e exclusão.

O tempo de residência e a localização no novo espaço são fundamentais. (ELIAS; SCOTSON, 2000). A rotulação de “estranhos” - alteridade radical - surge sempre aos recém-chegados, ou ainda, aos diferentes. E é a cidade que engloba os espaços privados e os espaços públicos, que contém processos de identificação e os da alteridade, espaços de enfrentamento, não só do “eu”, espelho narcísico, mas de confrontação aos olhos do “outro”.

Na *multipliCidade*, as subjetividades estão em tensão e, no espaço público (a rua, nos termos de DaMatta), o “outro” é o guardião do cumprimento das expectativas e de papéis. “Somos todos protagonistas de uma cena que é feita com iguais e diferentes. A própria humanidade é vista como a capacidade de ‘estar na pele do outro’” (HELLER, 1985). É válido tomar a palavra de Martins (1993) para focar a cultura brasileira, como barroca, de fachada, cultura da *conquista* que é a de “matar o outro” em nós. Refere-se ao indígena, ao negro, aos

dominados, alertando que, ao fazê-lo, para dominar, matamo-nos a nós mesmos, matando o outro em nós (MARTINS, 1993).

3. Diferença e interculturalidade

A questão cultural emoldura o espaço de convivência na cidade. Entendendo cultura de forma ampla, com valores e significados, destacamos as *condições determinadas*, segundo as quais, os homens fazem a história, ou seja, as condições estruturais, incluindo a noção de *experiência* e o papel das *ideologias*. Assim como Hall, afirmamos também ser necessário articular o par *cultura/ideologia*, sem *reduccionismos* ou *idealismos*, confrontando sempre *as condições de existência e a consciência* (HALL, 2003).

Em tempos de pós-modernidade, tem-se assistido ao debate sobre o que se convencionou chamar do “direito à diferença”. Sem descuidar das armadilhas que tal discussão pode conter, tais como o fundamentalismo cultural ou o fechamento identitário, e por serem questões que devem ser enfrentadas à convivência democrática na cidade, Carvalho nomina esse assunto como “infernos da diferença”. (CARVALHO, 2004, p. 131-132). Segundo esse autor, quase uma guerra civil é travada pelos diferencialismos contemporâneos a acirrare seus grupos com violência e sectarismo. Como os clássicos já nos legaram, não se deve entender as diferenças como algo exclusivo e excludente, mas como experiências sociologicamente diversas das nossas. Outra pesquisa utiliza a expressão “ciladas da diferença” (PIERUCCI, 1999). Ao investigar o voto conservador em São Paulo, defrontou-se com a discriminação explícita sobre nordestinos, chamados genericamente de “baianos”, vistos como estranhos e diferentes. A máxima “*Differents, mais égaux*” era encarada pelos entrevistados como renúncia ao universalismo da cidadania. Dessa forma, as diferenças de gênero, idade, etnia, cor, eram consideradas como critério absoluto e definitivo para a separação, caindo na discriminação ou preconceito. De certa forma, deve-se recuperar, aqui, enfaticamente, a máxima de que o respeito à diferença só tem sentido se aspirar à universalidade.

Tendo em vista, pois, as características da cidade contemporânea de grande heterogeneidade social e cultural, e embora sejam segregadoras, desiguais nas oportunidades e fragmentadas social e politicamente, emergem “[...] narrativas diversas que ora põe em evidência a desorientação dos sujeitos e a perda do sentido do lugar, ora celebram o seu potencial democrático e emancipatório”. (FORTUNA, 2005, p. 423).

A cidade atual nos desafia, portanto, a dar conta das múltiplas mensagens e ideários dispersos em que vivemos, e propicia disputa de elementos, valorizando uns e lateralizando outros. Para alguns grupos, viver à margem da cultura hegemônica, pode representar a oportunidade de crítica e avaliação de seu papel e do mundo; para outros, porém, trata-se de estar à margem, à força, na subalternidade.

4. Segregação e alteridade em São Paulo: moradias da pobreza ou “lugar de pobre é lá longe...”

Segundo as regras prevalecentes, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação que faz exigências de estabilidade de emprego e renda, além de documentação pessoal. As possíveis “subnormalidades” da moradia da pobreza, trazem um cenário de fragmentação em certa topografia social da desigualdade, empurrando-as sempre para mais longe. (VÉRAS, 1980, 1987, 2004). Os chamados bairros malditos, dessa forma, já estavam presentes em várias épocas históricas da industrialização, mas, diferentes formas de segregação se sucedem ao longo do tempo, e foram retratadas em nossas cidades.

4.1 Da “avalanche “italiana” à “invasão” nordestina no Brás

A história de São Paulo não poderia ser escrita sem considerar as diferentes formas de separação socioespacial. A seleção de um bairro de origem operária e popular permitiu interpretar as transformações da cidade, possibilitando alcançar o significado da vida interna dos indivíduos, entrecruzando-se a memória individual à coletiva. A es-

colha recaiu no Brás, tão rico em evidências concretas da desigualdade social, por onde se apreendeu a segregação social, a discriminação para com os habitantes da pobreza, bem como para com os imigrantes, notadamente italianos, os “*carcamanos*” (VÉRAS, 1991).

O bairro do Brás acaba por ser ilustrativo da ocupação das camadas subalternas no espaço urbano, já que com as linhas e fronteiras representadas pelos rios (Anhangabaú e Tamanduateí) e as vias férreas (Santos – Jundiaí- SPR), no início do século XX, o bairro significava território popular ao leste, misto de residências operárias, fábricas e comércio. A oeste ficavam os bairros da aristocracia rural, como vimos, Campos Elíseos, Vila Buarque, Higienópolis, rumo à Avenida Paulista.

A maioria da força de trabalho, em São Paulo, era italiana no início de nossa industrialização, mas o proletariado não era visto pela classe dominante como seu interlocutor. A oligarquia os via como “pobres”, “raça de bárbaros”, desconhecendo-lhes a existência enquanto classe ou de cidadãos. A segregação em bairros operários se parecia, portanto, como uma “estratégia de desterro”. (HARDMAN apud VÉRAS, 2003). A vasta influência italiana nos costumes, na arquitetura, na alimentação, na língua, apesar de surgirem frases e expressões “brasilianas”, numa algaravia digna de retrato como a de Juó Bananere, não logrou, entretanto, garantir a aceitação dessa cultura e de seus portadores na sociedade paulistana. Havia animosidade de ambas as partes, italianos e brasileiros.

Se o suor fosse símbolo da honestidade, o Brás seria, no conceito dos bairros, o mais honesto de todos. Todos que lá vivem, esfalfam-se, escorcham-se quase que animaismente, no intuito de enriquecer o mais depressa possível [...]. O Brás é uma possessão italiana encravada no flanco da Paulicéia [...]. Não se pode negar que no seio dessa vasta aglomeração, os italianos, donos do bairro, em franca camaradagem, formam a regra; os outros, a exceção; e, apesar de bem-vindos, não passam de inquilinos⁷.

7 Sylvio Floral, pseudônimo de Domingos Alexandre, apud VÉRAS (2003, p. 227).

Enquanto São Paulo crescia, o Brás coaxava [...] e assim foi até o dia da avalanche italiana [...]. A Itália vazou para cá a espuma da sua transbordante taça de vida. E São Paulo assistiu, atônito, ao surto do Brás [...]. Hoje são duas cidades vizinhas [...] distintas de costumes [...]. Filho da lama negra, o Brás é, como ela, um sedimento do aluvião humano. É São Paulo, mas não é a Paulicéia. Ligada a esta pela expansão urbana, separa-os uma barreira- a eterna barreira que separa o velho fidalgo do peão enriquecido [...]. (MONTEIRO LOBATO apud VÉRAS, 2003, p. 228-229).

Com o passar do tempo, já na metade do século XX, com novas linhas divisórias, agora vias expressas, o Brás abrigou migrantes nordestinos em suas incontáveis “pensões”, na verdade, casas de cômodos, cortiços. Já nos anos 2000, suas moradias abrigam asiáticos, coreanos, chineses e latino-americanos, especialmente bolivianos. Todos, de certa forma, discriminados diante da sociedade mais ampla. Por sua vez, o preconceito para com os novos ocupantes do Brás, os nordestinos, nos anos setenta e oitenta, pode ser avaliado nas entrevistas feitas por Pierucci (1999) com moradores de São Paulo, na citada pesquisa sobre o voto conservador, e segundo a qual, defrontou-se com um universo axiológico inesperado, revelador de preconceito “naturalizado” contra o que era chamado de “baiano”. E o discurso discriminador estava impregnado de um sentimento de perda, como se a cidade tivesse piorado depois da migração provinda do Nordeste, em processo de “queda” e degenerescência, e que foi, literalmente “invadida”. O respeito à diferença, aqui, foi apropriado para significar a recusa à igualdade:

Iguais? Qué que há, está me estranhando? Fazer o que? A vida é assim, azar! Tratar como nosso irmão! Eu trabalhei quarenta anos, não posso ser irmã de vagabundo! [...]. Todo mundo sabe que há racismo, sempre houve e vai haver até o fim da morte, amém [Entrevista]. (PIERUCCI, 1999, p. 62).

Outro depoimento, de antigo morador do Brás, reitera tais concepções:

[...] é este o triste panorama que se vê no velho bairro do Brás: construído com lágrimas, suor e sacrifícios por milhares de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis e seus descendentes [...]. São Paulo teve de se desdobrar para atender às levas de forasteiros que a cada dia aumentavam mais! [...] hoje o Brás se tornou uma espécie de consulado da Bahia, onde os nordestinos são absolutos. [...] o bairro do Brás vai perdendo a fisionomia, já não tem o mesmo ambiente de outrora, amável e acolhedor [...] (SESSO, 1986, p. 167 e 169).

Assim, a heterofobia se disfarça no medo de que o intruso/estranho/outro/diferente acabe por estar muito próximo, ameaçador, o que se acentua em sociedades desiguais. É o medo de que se torne igual, que roube seu emprego, dispute espaço, que afasta o diferente para “outro”.

4.2. “O pessoal da COHAB”, a vida nos conjuntos habitacionais.

A vida nos conjuntos ofertados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) merece amplos estudos, contudo, o ponto de que aqui tratamos é o das relações entre esses moradores e as destes com sua vizinhança. Situados, na sua maioria, nas regiões periféricas, a qualidade habitacional é discutível em termos dos desgastes do transporte ao trabalho, da oferta aos preços de gêneros de primeira necessidade do entorno, dos constrangimentos provocados pela exiguidade do espaço construtivo oferecido, normas condominiais e convivência forçada com vizinhos. E mesmo quando reconhecem as dificuldades desse morar, ali permanecem devido a um financiamento (em geral pelo prazo de 20 a 25 anos) e pelas dificuldades de alienarem esse imóvel, de forma legal. Nossos exemplos são da cidade de Carapicuíba, região metropolitana de São Paulo: “Casa de pobre é assim mesmo... É viver como um passarinho em gaiola... o trem superlotado...

fiquei louco por causa do trem...”. Apesar disso, a comparação com a situação de precariedade dos que residiam na mesma periferia, de aluguel, em favelas ou cortiços, trazia-lhes a sensação de que tinham sido “premiados” por serem “mutuários” do SFH, realizando, a seu modo, o sonho da casa própria (VÉRAS, 1980).

Por outro lado, os moradores dos conjuntos habitacionais também eram vistos pelos olhos de sua vizinhança de rendas mais altas, como grupo não desejado, lugar de promiscuidade e desordem, concentração de problemas de limpeza, barulho, brigas, algo que não se quer por perto. Quanto mais desvalorizado é o *status* do Conjunto Habitacional pela sociedade mais ampla, mais seus moradores tenderão a apresentar atitudes defensivas, de isolamento ou de busca de compensação por sua baixa estima na diferenciação entre si, marcando sua identidade por detalhes das mais variadas ordens.

Dada a seleção dos promitentes compradores, basicamente por seu nível de renda, o agrupamento nos conjuntos reunia pessoas das mais variadas origens, do campo, da cidade, de vários Estados e com hábitos heterogêneos. Resultava disso um difícil trabalho para transformar simples vizinhos em participantes de espaços compartilhados (laços de vizinhança) e estabelecimento de regras de convivência, tolerância. Os problemas da interculturalidade eram visíveis em várias circunstâncias, abrangendo os citados aspectos condominiais, do lixo ao uso das áreas comuns, atingindo os espaços domésticos, internos à vida das famílias, papéis relativos à divisão de trabalho, a emprego e renda, a relações entre sexos e outros. Assim, a proximidade espacial não garantia a proximidade social, muitas vezes, havendo mais distância que aproximação. Na dinâmica das relações sociais da vida em Conjunto Habitacional, surgiam tentativas de busca de prestígio, de hierarquização, de estratégias para serem distintas das demais. Muitas ocasiões aparecem em que murmurações sobre o passado familiar ou sobre ocupações clandestinas de moradores, ou ainda a bisbilhotice dos mais ínfimos detalhes eleve a autoestima de alguns em detrimento de outros, como uma nova “moeda” a ser utilizada na falta de dinheiro, equipamentos eletrônicos, e outros símbo-

los de sucesso. Havia verdadeira emulação entre donas de casa para a exibição do brilho polido de suas panelas que eram mostradas pela janelinha da cozinha (VÉRAS, 1980). Seriam, ainda, valorizados seus *status* profissionais, especialmente o de assalariado, em contraste com o precariado e a informalidade, e para a afirmação da diferença entre eles, a situação do vínculo matrimonial, se monoparentais ou portadoras de união estável, o que também repercute na presença de filhos e o cuidado para com eles, alcançando até os aspectos da aparência, higiene pessoal, zelo em relação a companhias etc.

Todos buscam seus valores morais como compensação à pobreza e simplicidade de suas moradias. Assim, para fugir do nivelamento, usavam *o evitamento, a reconstituição das diferenças e o desvio do descrédito*. (PAUGAM, 2003). Enfim, uma grande gama de fatores a desunir, mais que agregar.

4.3. O “outro” como favelado

Dentre as mais extremas situações de pobreza no habitar, está a ocupação da terra, sem legitimidade da propriedade ou posse, em aglomerados que a municipalidade convencionou chamar de “habitações subnormais”. O processo histórico, em São Paulo, mostra algumas especificidades desse tipo de moradia, geralmente em áreas de periferia, menos valorizadas, bem como fundos de vale, encostas, beira de rios, áreas vazias, destinadas a uso institucional de loteamentos, e mesmo áreas que eram de proteção ambiental. Há também ocupações de áreas por movimentos por moradia, com trabalhadores pauperizados, migrantes, desempregados, despejados, sem que difiram da precariedade geral. Configuram-se, assim, conglomerados de construções sem quaisquer provimentos de infraestrutura urbana e serviços⁸.

8 Oscilando as estimativas de favelados de 1.0% da população municipal em 1973 (SÃO Paulo, 1973) para, em 1980, chegar a 10.0% e, em 2000, quase 20% da população municipal, abrigando cerca de 2 milhões de pessoas (VÉRAS; TASCHNER, 1990; TORRES; MARQUES, 2005). Pelo Censo Demográfico de 2010, seriam 11,8% da população paulistana.

Políticas públicas levaram várias intervenções à favela, a de abastecimento de água e energia elétrica, por exemplo. Muitos domicílios passaram de extrema precariedade (papelão, madeira reciclada etc.) para a alvenaria, e ainda houve atuações que buscavam urbanização da favela, fazendo-a assumir sua posição de bairro, no termo julgado mais correto, como *comunidade*. De qualquer forma, na maioria das vezes, houve a política da remoção, alijando esse bairro “maldito” dos olhos e vida dos estratos melhor servidos de qualidade urbana, mantendo-os, até hoje, como periféricos. Isso configura contingências do potencial nomadismo, pois sem direito de propriedade ou legitimidade da posse, estão sujeitos à remoção para outros locais por efeito de desapropriações ou reintegrações de posse, ou ainda, simples expulsão, por “necessidade de obra pública”. Dessa forma, sem direito à raiz e à permanência nesses locais, acabam sem endereço e essa ausência caracteriza a ausência de cidadania. Tais deficiências se associam à vulnerabilidade em termos ambientais e sociais, pois seus moradores estão sujeitos a riscos de toda ordem: de segurança física (instabilidade, desmoronamentos ou deslizamentos, inundações) e proximidade de vias expressas, ou ambientes insalubres, carência de equipamentos socioculturais voltados à qualidade de vida urbana. E são mal recebidos pelas vizinhanças, pela “ameaça” que tal segmento da pobreza se lhes afigura, sentem a “desvalorização imobiliária” trazida por sua presença. São, portanto, estigmatizados e desterritorializados (VÉRAS, 1987, 2004). Nesse sentido, nada mais emblemático nos processos de discriminação contra favelados do que a crença, mais ou menos difundida, de que a favela é reduto de desocupados, “marginais”, quando, nos vários Censos de favela, realizados pela municipalidade de São Paulo, obteve-se que a grande maioria da população residente é de trabalhadores, muitas vezes, com famílias chefiadas por mulheres e que lutam para o cuidado de seus filhos com seus salários. Deve-se registrar, ainda, que muitas famílias podem sofrer pressão de grupos ligados à clandestinidade, tornando mais aflitiva a situação de precariedade em que vivem. (SÃO PAULO, 1973; VÉRAS; TASCHNER, 1990).

4.4. Malocas, pensões, cortiços: o “outro” discriminado

Uma das modalidades de habitação popular, mais antigas em São Paulo, desde a industrialização nos finais do século XIX, os cortiços, correspondiam a um período em que não havia estoque habitacional suficiente para acolher a todos na cidade (VÉRAS, 1992; 1999b).

Esse tipo de moradia recebeu diversas conceituações ao longo da história, mas, deve-se, aqui, acentuar seu caráter coletivo, ou seja, com seus rendimentos, grande parte das camadas trabalhadoras não têm condições de pagar para o uso de uma habitação unifamiliar, necessitando alojar-se em moradias subdivididas, ou na edificação ou no lote urbano, geralmente com insuficiência de banheiros e cozinhas, pontos de água e privacidade, uma vez que há coabitação involuntária. Esta é uma das mais fortes características dessa modalidade de habitação precária: a convivência involuntária de grupos familiares⁹. Do ponto de vista de seus moradores, a opção pelo cortiço explica-se por seu perfil de renda e, além disso, as exigências do mercado imobiliário para locação são excludentes para grandes parcelas de locatários que não dispõem de fiador e documentação pessoal.

Importa aqui, sobretudo, apontar o caráter de exclusão e da produção da alteridade no que se refere aos moradores encortiçados. Eles próprios espaços segregados, mesmo quando não contrastam com suas vizinhanças. A esse respeito, sabe-se que os tipos arquitetônicos

9 Também chamada de “subnormal”, as estimativas relativas a cortiços, em São Paulo, variam muito ao longo de várias tentativas de sua mensuração, a depender de seu conceito e dos vários critérios utilizados. No ano de 1960, uma pesquisa calculou que 18% dos paulistanos moravam em cortiços. (Barruel de LAGENEST, 1962). Em 1975, estimava-se que cerca de 9,3% da população do município estavam nesta modalidade de aluguel coletivo precário (SEBES-HABI, 1975). Em 1993, tal proporção foi de 6% dos moradores de São Paulo (FIPE-SEHAB, 1993). Em 1999, tentando abarcar as reais e diversificadas ocorrências do aluguel precário compartilhado e involuntário, estimam-se de 6 a 15% da população morando nessa modalidade (VÉRAS, 1999b). Entre as super ou subestimativas não se tem segurança da magnitude correta do processo. Pesquisas recentes dão 6,0% dos moradores da cidade (KOWARICK, 2011).

dos imóveis combinam-se com o uso e com sua localização urbana. As diferentes formas do encortijamento são ilustrativas de sua história. Tomando-se o caso de São Paulo, pode-se esquematizar o processo nas áreas centrais, nas áreas intermediárias e na periferia. De maneira geral, quando estão em bairros populares e não contrastam com seu entorno, apenas consolidam o padrão da área (no caso as porções deterioradas do centro paulistano, bairros historicamente operários e de uso misto, periferia), mesmo assim, vizinhos podem rejeitá-los e o próprio bairro sofre a discriminação. Logo, se estão contrastando com o bairro, serão expulsos pela valorização imobiliária somada à ação de seus vizinhos.

Inúmeras vezes, o morador do aluguel precário compartilhado e involuntário se viu apontado como ocupante do “muquifo”, da “maloca” e associado à bandidagem, à pilantragem. Os estudos realizados sobre esses trabalhadores mostram o preconceito para com eles (FIPE, 1993; VÉRAS, 1992, 1999b, 2004, 2016).

Sobre a discriminação que sentem por morarem em cortiços, o trecho a seguir fala da situação em um bairro central, o Bexiga:

[...] O shopping mesmo. O Shopping da Frei Caneca foi preconceituoso com a gente. A gente falou pra eles que morava em pensão. Quando foi no dia da entrevista, ela mandou falar que não tinha mais vaga, sendo que tinha vaga ainda. Um rapaz tinha falado pra mim: tem vaga, mas ela não quis pegar vocês porque moram em pensão. (ALVARES, 2011, p. 130)

Mais recentemente, os bolivianos, agora o segundo grupo de estrangeiros mais frequente em São Paulo (IBGE, 2010), são residentes no Brás, Bom Retiro e Pari. Estão inseridos na indústria de confecções instaladas nesses bairros centrais, trabalham e moram em condições extremamente deficientes. Em pesquisa sobre relações de alteridade para com esses imigrantes, Pucci (2011) entrevistou vizinhos dos cortiços no Brás. Novamente a discriminação reaparece nos discursos dos vizinhos e demais pessoas que convivem com esses moradores, e

está relacionada também com sua origem étnica. Os fragmentos aqui falam por si, reeditando a produção da alteridade.

De modo geral eles moram mal. Os que moram por aqui moram mal. Cortiços, pensões. E essas pensões... Não é uma pensão, um quarto de hotel com banheiro. De modo geral são casas ou fábricas que foram subdivididas em quatinhos com paredes ... Com banheiro coletivo, dois banheiros ou... tanques... são muito precários.... [S., diretora da escola no Brás]. (PUCCI, 2011)

4.5. Na “quebrada”: o “outro” como morador da periferia.

A grande periferia da cidade de São Paulo consiste em um mar de loteamentos irregulares, ocupados por grandes segmentos da classe trabalhadora que adquiriram seus lotes em empreendimentos sem a devida regularização e obediência às posturas municipais e, por sua vez, não têm a legitimidade da propriedade que adquiriram. Casas originadas da autoconstrução são a característica mais forte, muitas vezes, havendo mistura entre tais áreas e favelas, de tal sorte que se parecem na carência dos atributos urbanos. Os loteamentos recebem nomes sugestivos, (entre eles, os “Jardins” Felicidade e outros); abrigam aqueles que optaram por residir longe dos locais de maior oferta de emprego e qualidade de vida, sujeitos aos deslocamentos de longa distância. Tal estratégia denota uma aposta no futuro da cidade, esperando que o “progresso” chegue à sua moradia, muitas vezes, demandando ao Estado que leve os chamados benefícios urbanos até sua vizinhança. Essa produção de moradias, em geral desconhecendo técnicas e materiais adequados de construção, sendo feitas aos poucos, em finais de semana, nas férias e na medida em que os recursos são disponíveis, acaba em extrema precariedade, acrescida das deficiências de infraestruturas urbanas e de equipamentos. E, ainda, deve-se registrar que a essa situação vivida pelos “proprietários” que constroem, soma-se aquela experimentada pelos inquilinos de côm-

dos /domicílios nesses imóveis da periferia, que são edificados pelos autoconstrutores com o objetivo de aumentar sua renda¹⁰.

Convém registrar, ainda, a existência da *fronteira urbana*, chamada de hiperperiferia, ou seja, a ocupação das franjas mais extremas da região metropolitana de São Paulo, pois a população cresceu de forma diferenciada nos anos 1990, tendo diminuído o incremento das porções mais centrais dos municípios, caminhando para além também da periferia consolidada, atingindo áreas ainda mais precárias e distantes (TORRES, 2005). Seus moradores representam os “outros” mais afastados, muitos migrantes, alguns com características de vida rural em plena metrópole globalizada e outros são trabalhadores pauperizados e expulsos de localizações melhores; a distância física, e também social, marca e ilustra a profunda desigualdade de nossas cidades, expondo tais contingentes a todo tipo de vulnerabilidade, a econômica, a social, a urbana e a ambiental (KOWARICK, 2009).

A grande discriminação e preconceito para com os habitantes das periferias paulistanas têm provocado fortes reações de grupos e movimentos juvenis, como nos trazem estudos sobre o *hip-hop*, os Racionais Mc, sem falar das montagens “punks” e outras. Em tese de doutorado, Bin (2009) trata dos saraus e recitações, realizados em bairros periféricos de São Paulo, utilizando a expressão “quebrada” para designar o espaço identitário desses jovens moradores que, por meio da poesia declamada, verbalizavam sua condição de subalternidade e, ao mesmo tempo, de sua superação. O estudo dirigiu-se a dois espaços de intermediação e aproximação relacio-

10 O universo representado por esse tipo de “subnormalidade” foi estimado de diversas maneiras ao longo da urbanização de São Paulo. Em 1980, foram apontadas 63% das moradias da região metropolitana como originadas da autoconstrução e, só para a cidade de São Paulo, alguns estudos calcularam que metade das edificações residenciais permanentes era dessa modalidade. Nos anos de 1970, considerados como o maior período de expansão da periferia na capital paulista, (BONDUKI; ROLNIK, 1979; MARICATO, 1979); entre outros citados por VÉRAS(2004), deu-se a grande ocupação das zonas afastadas da cidade, e pesquisas apontavam que cerca de 25% das habitações precárias eram de casas da periferia, providas da autoconstrução. Atualmente, dada à saturação desses locais, assiste-se à marcha para outros municípios da região metropolitana, que passam, assim, por um incremento populacional, como já verificara o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), e confirmou-se no Censo de 2010, pois a capital cresceu na última década cerca de 7.0 % enquanto a região como um todo cresceu mais de 10.0 %. (IBGE, 2010).

nal: Campo Limpo, onde se reunia a Cooperifa, a cada quinze dias, à noite, concentrando cerca de sessenta a setenta pessoas para ver filmes e declamar suas próprias produções literárias; o outro local pesquisado era o Bar do Batidão, onde acontecia o Sarau do Binho, na região do Jardim São Luiz (subprefeitura de M'Boi Mirim); ali ficavam cerca de cinquenta pessoas recitando poesias para uma audiência de mais de cento e cinquenta indivíduos. Um dos depoimentos do líder desse movimento, Sérgio Vaz, informa: “[...] O único espaço público que deram para a periferia é o bar. Ora, então vamos transformar o bar em um centro cultural” (BIN, 2009, p. 12). Esses frequentadores desejam mais que ser consumidores, desejam ser ouvidos como cidadãos e buscam na poesia a chance de expressar sonhos tecidos em seu cotidiano, passando a compartilhar suas identidades. Por isso, usam a palavra como início de sua consciência. Configura-se uma rede de pessoas a manifestar, pela escritura marginal e pela poesia, a importância de espacialidades relacionais e culturais.

Considerações finais

Com o desenvolvimento dos trabalhos, perseguimos o tema elucidado por várias de suas faces, a noção da “estrangeiridade” veio se ampliando para captar o sentido *lato*, de “estranho”, o “outro”, ultrapassando, portanto, a ideia de nascidos fora do país, para incluir vasta gama de pessoas que são discriminadas, por várias razões: migrantes nacionais, especialmente os nordestinos, negros e descendentes, o “caipira”, o morador da pobreza (os sem-teto)¹¹ etnias variadas,

11 Não seria correto concluir este artigo sem uma breve referência à situação dos moradores de rua, os sem-teto, ou outras inúmeras denominações que receberam. Sua extrema situação de pobreza e vulnerabilidade os expõe na ciranda de manifestações preconceituosas, xenófobas, higienistas, reconhecidas no imaginário social, na imprensa, nas representações sociais até dos profissionais que, por ofício, com eles trabalham e/ou convivem. Sua qualificação como sem-teto, sem território, é insuficiente para designar as inúmeras carências de que são portadores, principalmente do reconhecimento até de sua humanidade, vistos e invisíveis em seu nomadismo errante como verdadeiros objetos feios a sujar a cidade (GIORGETTI, 2004; BORIN, 2004).

homossexuais e outras características que passam a ser insígnias de discriminação. Dessa forma, a territorialização dos migrantes, por exemplo, revelou que aqueles chegados do interior do Estado de São Paulo estavam residindo em porções mais centrais do município paulistano, enquanto os do nordeste - os baianos, em particular - estavam nas zonas periféricas da cidade e muitos em outros municípios da região metropolitana. A territorialização da presença negra, em São Paulo, também apontou sua participação mais concentrada nas regiões da periferia paulistana. Essas breves anotações reforçam a desigualdade no espaço ao se combinar com outros traços de cultura e graus de estima social (VÉRAS, 2004, 2002). No estudo da alteridade para com os moradores da pobreza, verifica-se, em muitos casos, o cruzamento de fatores étnico-nacionais e a situação de moradia, configurando territórios “malditos”. Ilustra essa evidência o caso da imigração boliviana.

Outros se sucedem ao longo da história da urbanização de São Paulo, por vezes, sendo os **estabelecidos**, por vezes, sendo os **outsiders**. Combinam-se em vários territórios, desterritorializam-se e reconstroem novas raízes, novas identidades. Constituem grupos de vizinhança, de movimentos, de subculturas, tecem relações e redes potencializadoras na busca da cidadania. Vivem a condição da contingência, do estranhamento, da diferença, em pleno paradoxo da **alteridade**, nos termos de Sayad (1998).

Contudo, nos termos de Hillman:

Os bárbaros que atacaram a civilização já vieram, em outros tempos, de fora das muralhas. Hoje em dia eles brotam de nossos próprios colos, criados em nossos próprios lares. O bárbaro é aquela parte em nós com a qual a cidade não fala, aquela alma que não encontrou um lar em seu meio. A frustração dessa alma [...] destrói, como um bárbaro, aquilo que não pode compreender (HILLMAN, 1993).

Referências Bibliográficas

- ALVARES, F. A. (2011), **Cortiços e segregação no espaço urbano: repercussões na atividade profissional dos indivíduos**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo.
- ARRUDA, A. (org.), (1998), **Representando a alteridade**. Petrópolis: Ed. Vozes.
- BAUDRILLARD, J. (1986), **Amerique**. Paris: Grasset.
- BAUMAN, Z. (2003), **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- BERLINCK, M. T. (1975), **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo**. Petrópolis: Vozes.
- BIN, M. A. (2009), **As redes de escrituras na periferia de São Paulo: a palavra como manifestação de cidadania**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo.
- BLAY, E. (Org.). (1977), **A luta pelo espaço**. São Paulo: Brasiliense.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. (1979), “Periferia, ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”. **Cadernos PRODEUR, FAU-USP**, São Paulo, n. 2.
- BONDUKI, N. (1988). “Crise de habitação e a luta por moradia no pós-guerra”. In: KOWARICK, L. (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BORIN, M. (2004), “Moradores de Rua em São Paulo: um estudo em construção nas Ciências Sociais”. **Revista Margem**, São Paulo, n. 20.
- _____; CASTELLS, M. (1990), **Las grandes ciudades en la década de los noventa**. Madrid: Editorial Sistema.
- _____. (1994), “La ciudad mundial”. In: MEYER, R.; GROSTEIN, M. (org.). **Memória do Encontro Século XXI**. São Paulo: Associação Viva o Centro.
- BURGESS, E. (1948), “O crescimento das cidades. Introdução a um projeto de pesquisa”. In: PIERSON, D. (org.). **Estudos de Ecologia Humana**. Parte IV. São Paulo: Livraria Martins Editora.
- CALDEIRA, T. P. R. (2000), **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP.
- CAMARGO, C. P. F. *et al.* (org.). (1975), **São Paulo, crescimento e pobreza**. São Paulo: Ed. Loyola.
- CARVALHO, E. A. (2004), “Infernos da diferença”. In: SILVA, A. A.; CHAIA, M. (org.). **Sociedade, cultura e política, ensaios críticos**. São Paulo: EDUC.

- CASTEL, R. (1998), **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel et al. (1990), **Las grandes ciudades en la década de los noventa**. Madrid: Ed Sistema.
- CASTELLS, M.; MOLLENKOFF, J. (1991), **Dual City**. New York: The Russel Foundation.
- CORDEIRO, H. K. (1993), “A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo de seu centro metropolitano”. In: SCARLATO, F. et al. **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, ANPUR.
- COVRE, M. (org.). (1986), **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasilense.
- DAMATTA, R. (1992), “Antropologia da saudade”. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!
- ELIAS, N.; SCOTSON, L. (2000), **Estabelecidos e outsiders**. São Paulo: Zahar.
- ENGELS, F. (1966), **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Ed. Presença.
- FORACCHI, M. (1982), **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec.
- FORTUNA, C.; SILVA, A. S. (2005), “A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”. In: SANTOS, B. S. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez.
- FIPE. (1993), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Cortiços em São Paulo**. São Paulo.
- GIORGETTI, C. (2004), **Entre o higienismo e a cidadania: análise comparativa das representações sociais sobre os moradores de rua em São Paulo e Paris**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Institut d’Études Politiques de Paris, São Paulo.
- GOFFMAN, I. (1998), **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC.
- HALL, S; SOVIK, L. (org.) (2003), **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG.
- HALL, S. (1998), “O significado dos novos tempos”. **Revista Margem**, São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 7.
- HELLER, A.(1985), **O Cotidiano e a História**, São Paulo: Ed. Paz e Terra.

- HILLMAN, J. (1993), **Cidade e Alma**. Tradução Gustavo Barcellos e Lucia Rosenberg. São Paulo: Studio Nobel Ed.
- HOGAN, D. (org.). (1978), **Cidade - usos e abusos**. São Paulo: Brasiliense.
- IANNI, O. (1994), "A cidade global". **Revista Cultura Vozes**, n. 2, mar.-abr.
- IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos.
- JACOBI, P. R. (1982), "Exclusão Urbana e lutas pelo direito à moradia". **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v. 2, n. 7, 1982.
- JODELET, D. (1998). "A alteridade como produto e processo psicossocial". In: ARRUDA, A. **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes.
- KING, A. (1990), **Global Cities, post imperialism and the internationalization of London**. London: Routledge.
- KOWARICK, L. F. (1975), **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, L. *et al.* (org.). (1976), **São Paulo, crescimento e pobreza**. São Paulo: Ed. Loyola.
- _____; SOMEK, N.; ROLNIK, R. (org.) (1990), **São Paulo, crise e mudança**. São Paulo: SEMPLA, Brasiliense.
- _____; MARQUES, E. (org.) (2011), **São Paulo, novos percursos e atores, sociedade, cultura e política**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP.
- _____; FRUGOLI JÚNIOR, H. (orgs.). (2016), **Pluralidade Urbana, vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34/FAPESP.
- _____. (1980), **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987), "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 1, n. 3.
- _____. (1988), **Lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1994), **Trabalho e Vadiagem. As origens do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2000), **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2002), Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 61.
- _____. (2009), **Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2011), "O Centro e seus cortiços: dinâmicas socioeconômicas, pobreza e política". In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (org.). **São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política**. São Paulo: Editora 34/CEM.

- LAGENEST, B. (1962), “Os cortiços em São Paulo” **Revista Anhembi**, n. 139, junho.
- LAPLANTINE, F. (1993), “Cosmopolita e Brasileira”. In: OLIVENSTEIN, C.; LAPLANTINE, F. **Um olhar sobre São Paulo**. São Paulo: Brasiliense.
- LEFEBVRE, H. (1978), **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes.
- LEVY, E. (1995), **Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial**. Tese de Doutorado. FGV, São Paulo.
- MARICATO, E. (org.). (1979), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega.
- _____. (2014). **Os impasses da política urbana no Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes.
- MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs). (2005), **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo, Ed. SENAC SP.
- MARQUES, E. (Org). (2015), **A metrópole de São Paulo no século XXI**. Espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo, Ed UNESP/c.e.m.,
- MARTINS, J. S. (2010), **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto.
- _____. (2009), **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto.
- _____. (1993), **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1997), **Exclusão Social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus.
- MOSCOVICI, S. (1978), **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- OLIVEIRA, F. (1981), **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP.
- _____. (1997), “Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina”. **XXI Congresso da Associação Latino Americana da Sociologia-ALAS**. São Paulo.
- PAOLI, M. C. (1974), **Desenvolvimento e marginalidade**. São Paulo: Pioneira.
- PAUGAM, S (1999), “O conceito de desqualificação social”. In VÉRAS, M. P. B. (Ed. e org) (1999^a) **Por uma Sociologia da Exclusão Social, o debate com Serge Paugam**. São Paulo, EDUC
- PAUGAM, S. (2003), **A Desqualificação Social. Ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: EDUC e Cortez ed.
- PARK, R. (1979), A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, G. (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar.
- PIERUCCI, A. F. (1999), **Ciladas da Diferença**. São Paulo: EDUSP, Ed. 34.

- PRETECEILLE, E. (1994), Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS, O. (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PUCCI, F. M. S. (2011), **A inserção dos bolivianos em São Paulo e a produção da alteridade**. Relatório de Iniciação Científica-CNPq. São Paulo: PUCSP.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2003), “Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território”. **Revista Cidades - Comunidades e Territórios**, Lisboa: FCT-Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, v. 6, jun.
- ROLNIK, R. (2015), **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, B. S. (2005), **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez Ed.
- SANTOS, M. (1987), **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.
- SÃO PAULO, Município. (1973), **Censo de Favelas**. São Paulo: SEBES-HABI
- SÃO PAULO, Município (1975), **Diagnóstico do fenômeno cortiço no município de São Paulo**, São Paulo, SEBES-HABI
- SASSEN, S. (1991), **The global city**. New York, London, Tokio. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1998), **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Ed. Nobel.
- SAYAD, A. (1998), **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP.
- SESSO, V. (1986), **Retalhos da velha São Paulo**. São Paulo: Editora Maltese.
- SINGER, P. (1980), **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense.
- SPOSATI, A. (coord.) (1996), **Mapa da Exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC.
- TASCHNER, S. (1998), “20 anos de habitação popular”. **Cadernos 23**. LAB-HAB/FAU-USP, São Paulo.
- TELLES, V. S. (1992), **A cidadania inexistente**. Incivildade e pobreza: um estudo sobre o trabalho e a família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.
- TORRES, H. (2005), “A fronteira paulistana”. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs). **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora SENAC

VÉRAS, M. P. B. (1973), Relatório Final do Cadastro Municipal de Favelas de São Paulo. Redatora principal. Secretaria do Bem Estar Social-SEBES-HABI, mimeo

VÉRAS, M. P. B.; TASCHNER, S. (1990), “Evolução e Mudanças das favelas paulistanas”. **Revista Espaço e Debates**. n. 31. São Paulo: NERU.

VÉRAS, Maura P. B. (1980), **A vida em conjunto, um estudo da Política de Habitação Popular em São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

_____. (1987), “Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI”. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE.

_____. (1991), **O bairro do Brás em São Paulo, um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo.

_____. (2001), “Na metrópole do subdesenvolvimento industrializado: das contradições às experiências urbanas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. XVI, São Paulo: ANPOCS.

_____. (1999a), Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, M. P. B. (Ed. e org.). **Por uma Sociologia da Exclusão Social, o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC.

_____. (1992), “Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social”. In: BOGUS, L.; WANDERLEY, L. E. (Org.) **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Ed. Cortez.

_____. (1994), “Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial”. **Revista Análise Social**, v. 29, n. 127. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

_____. (1995), “A nov(a)(c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos”. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 9, n. 2.

_____. (1999b), **Cortiços como territórios de alteridade e exclusão em São Paulo**. Tese apresentada ao Concurso para Professor Titular. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. (2000), **Trocando olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel Ed.

_____. (2002), “Estrangeiros na Metrópole, territorialidades e cidadania em São Paulo”. In: CARIGNATO, T.; ROSA, M. D.; PACHECO, R. A. (org.). **Psicanálise, cultura e migração**. São Paulo: Y M Editora.

_____. (2003). **DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: EDUC.

_____. (2004), “Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São Paulo”. In: SILVA, A. A.; CHAIA, M. (org.) **Sociedade, Cultura e Política, ensaios críticos**. São Paulo: EDUC.

_____. (2010), **Alteridade e Segregação em São Paulo**: habitações da pobreza e a produção do “outro”. Projeto de Pesquisa com Bolsa Produtividade – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

_____. (2016), Segregação e Aletridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, L; FRUGOLI, H. (orgs) **Pluralidade Urbana**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34.

VIEIRA, M. A. *et al.* (1992), **População de rua, quem é, como vive e como é vista?** São Paulo: Hucitec.

VILLAÇA, F. (1978), **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira**: áreas residenciais e comerciais. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

WIEVIORKA, M. (2006), **Em que mundo viveremos?**. São Paulo: Editora Perspectiva.

YASBECK, M. C. (1993), **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez.